

CPMI: clima tenso entre Stefanutto e relator

Ex-presidente do INSS chegou a se negar a responder

Por Sabrina Fonseca

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) interrogou, na segunda-feira (13), o ex-presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) Alessandro Stefanutto.

Em sua fala inicial, ele defendeu o trabalho do INSS e a sua gestão à frente do órgão. Já durante o interrogatório, ele se negou a responder a primeira pergunta feita pelo relator da CPMI, o deputado Alfredo Gaspar (União-AL), sobre quando o depoente havia iniciado no serviço público.

Stefanutto disse que não responderia às perguntas feitas pelo relator, mesmo que não fossem questionamentos não incriminatórios, por entender que o deputado tem um pré-julgamento sobre ele. Entretanto, poderia responder a de outros parlamentares.

Com isso, o relator chegou a ameaçar dar voz de prisão ao depoente e disse que Stefanutto é o “cabeça do maior roubo de aposentados e pensionistas” A sessão chegou a ser interrompida duas vezes. Após o retorno do colegiado, o ex-presidente do INSS mudou de atitude a aceitou responder aos questionamentos feitos pelo deputado.

Ainda na segunda-feira (13), o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux concedeu um Habeas Corpus ao ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto. De acordo com a decisão, Stefanutto poderia permanecer calado se fosse per-



Lula Marques/ Ag..ncia Braasil.

Stefanutto chegou a se negar no começo a responder às perguntas de Alfredo Gaspar

guntado sobre algo que pudesse incriminá-lo, além de o direito de ser acompanhado por um defensor.

Stefanutto também foi interrogado em relação ao chamado “Careca do INSS”, Antonio Carlos Camilo Antunes, apontado como o principal responsável pelas fraudes, afirmando que nunca o recebeu em seu gabinete, encontrado-o apenas uma única vez em um evento em Manaus (AM).

O advogado de Stefanutto, Julio Cesar de Souza Lima, chegou a questionar, no início da sessão, o presidente da CPMI, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), sobre como o ex-presidente do INSS havia sido convocado, já que foi chamado ao colegiado como testemunha. Mas a própria comissão votou a favor de sua prisão preventiva dias antes, como um dos investigados pelas fraudes.

André Fidelis

O relator Alfredo Gaspar questionou quem nomeou André Fidelis para a Diretoria de Benefícios do INSS. Fidelis também está sendo investigado como suposto responsável por fraudes. Stefanutto respondeu que não estava no INSS à época.

“Eu não estava no INSS como presidente à época. Na verdade, eu não estava nem como diretor à época, então eu não tenho a informação de quem nomeou ou quem não nomeou. No Diário Oficial, quem nomeia é o rito ordinário INSS nessa época, eu fui nomeado depois como Diretor e, posteriormente, como Presidente”, disse o ex-presidente do INSS.

A CPMI também Fidelis. Mas ele não compareceu alegando problemas de saúde.

Quem é Stefanutto?

Alessandro Stefanutto é formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ele ingressou no serviço público em 2000 como procurador federal autárquico e, ao longo dos anos, ocupou cargos de destaque na área jurídica e administrativa do INSS, incluindo o de Procurador-Geral Especializado da autarquia entre 2011 e 2017.

Stefanutto ficou no cargo de julho de 2023 até sua demissão, em abril, após a Operação Sem Desconto, realizada pela Polícia Federal (PF) em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), onde veio à tona todo o esquema nacional de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões, que podem ter chegado a um valor de R\$ 6,3 bilhões. A operação cumpriu mais de 200 mandados de busca e apreensão, além de ordens de prisão e sequestro de bens.

Após derrota em MP, Lula demite indicados do Centrão

Por Gabriela Gallo

Mesmo distante do país, na Itália, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu retaliar parlamentares do Centrão que votaram na semana passada contra a MP que tributava aplicações financeiras. O governo começou a exonerar apadrinhados desses parlamentares no segundo escalão e em outros postos, como a Caixa Econômica Federal (CEF).

A medida é uma resposta direta à derrota do governo federal na aprovação da Medida Provisória 1303/2025 que compensava a derrubada do aumento do Imposto sobre Importações Financeiras (IOF). O texto foi retirado de pauta em sessão no plenário da Câmara dos Deputados na última semana e, com isso, caducou (perdeu a validade). A equipe econômica do governo federal precisa agora se reorganizar para conseguir compensar o rombo de R\$ 35 bilhões com a derrubada da MP. Diante disso, essas demissões ocorrem como uma retaliação direta do governo a partidos do Centrão, como União Brasil e PP.

Dentre as pessoas exoneradas que atingem diretamente líderes dos partidos estão, por exemplo, Lena Carolina Brandão do cargo de superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Maranhão. Ela é irmã do líder do União Brasil na Câmara, deputado Pedro Lucas (MA). Além dela, Harley Xavier Nascimento, indicação do deputado federal Arthur Maia (União-BA), foi exonerado da superintendência da Companhia de Desenvolvi-



Ricardo Stuckert / PR

Lula na FAO: “Fome é inimiga da democracia”

mento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em Bom Jesus da Lapa (BA).

As demissões ainda alcançam cargos na Caixa Econômica Federal (mas sem atingir o presidente Carlos Vieira, indicado por Arthur Lira), no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e no Ministério da Agricultura.

Fome

Na Itália, Lula participa do Fórum Mundial da Alimentação, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que acontece até esta sexta-feira (17), em Roma. O chefe de Estado brasileiro foi convidado para discursar no evento dois meses após o Brasil sair do mapa da fome. Nesta segunda-feira (13), em discurso, o presidente brasileiro rei-

terou que “o acesso a alimentos continua sendo um recurso de poder” e que não há como “dissociar a fome das desigualdades”.

“A fome é irmã da guerra, seja ela travada com armas e bombas ou com tarifas e subsídios. Conflitos armados, além do sofrimento humano e da destruição da infraestrutura, desorganizam cadeias de insumos e alimentos. Barreiras e políticas protecionistas de países ricos desestruturam a produção agrícola no mundo em desenvolvimento. Da tragédia em Gaza à paralisia da Organização Mundial do Comércio, a fome tornou-se sintoma do abandono das regras e instituições multilaterais”, defendeu Lula.

O brasileiro ainda reiterou que combater a fome deveria ser uma luta unida entre as nações e que é necessário incluir os mais vulneráveis economicamente

nos orçamentos de cada país. “Não se trata de assistencialismo. É preciso colocar os pobres no orçamento e transformar esse objetivo em política de Estado, para evitar que avanços fiquem à mercê de crises ou marés políticas”, ele destacou.

Diante de demais chefes de Estado que compõem a FAO, Lula ainda declarou que não julga a fome como um problema meramente econômico, mas, “sobretudo, um problema político”.

“Um país soberano é um país capaz de alimentar seu povo. A fome é inimiga da democracia e do pleno exercício da cidadania. É possível superá-la por meio da ação governamental. Mas governos só podem agir se dispuserem de meios. Por isso, ampliar o financiamento ao desenvolvimento, reduzir os custos de empréstimos, aperfeiçoar sistemas tributários e aliviar a dívida dos países mais pobres são medidas cruciais”, afirmou o brasileiro.

Papa

Horas antes de seu discurso na FAO, Lula se encontrou pela primeira vez com o Papa Leão XIV. De acordo com o presidente, eles conversaram sobre “religião, fé, o Brasil e os imensos desafios que temos que enfrentar no mundo”.

Lula ainda convidou o pontífice a visitar o Brasil e participar da 30ª edição da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 30), que acontecerá em Belém (PA) de 10 de novembro a 21 de novembro. Leão XIV informou que não poderá participar, mas garantiu que terá representantes do Vaticano em Belém.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Lula Marques/Agência Brasil

Paulinho da Força é o relator do projeto

Na Câmara, muitas dúvidas sobre o futuro da anistia

Quase um mês depois da aprovação do regime de urgência para a votação da anistia, o futuro do projeto permanece incerto. A resistência do governo e da ala bolsonarista do PL de substituir a proposta por uma redução de penas contribui para o impasse.

Em tese, o relatório do deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), que ainda não foi apresenta-

do, seria votado amanhã — mas, ontem, parlamentares de diferentes tendências diziam desconhecer qualquer movimentação neste sentido. O presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), e a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) estão entre os que disseram não saber de qualquer encaminhamento. Pereira afirmou que, “a priori”, o assunto não irá a plenário.

Limbo

O deputado, que já declarou ser favorável à anistia, admitiu que o projeto parece ter caído numa espécie de limbo. Jandira concorda com a possibilidade de a proposta ter ficado parada — ressalta que nada foi definido na reunião de líderes e o jeito será aguardar.

Menos um

Ao antecipar a saída do STF, Luís Roberto Barroso enfraqueceu a bancada de ministros favoráveis à não acumulação de condenações por tentativas de golpe e de abolição do Estado de Direito. O Congresso tem poder para fazer essa mudança, mas a bênção da corte ajudaria.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Augusto de Castro: operações são legais

Exportadores: mecanismos para driblar taxas

O mercado exportador evita falar diretamente sobre o assunto, mas um mecanismo conhecido como triangulação tem sido muito citado como uma das alternativas escolhidas para driblar a sobretaxa de Donald Trump ao que é feito no Brasil. Assim, o produto não é vendido diretamente para os Estados Unidos, mas

para um terceiro país — este sim concretiza o negócio com os norte-americanos.

Presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro diz não saber de casos concretos, mas afirma que a prática é legal, e fácil de ser feita por multinacionais.

Embate

Lembra que o Brasil abriga centenas dessas empresas, que têm capacidade de operar com filiais em outros países. Castro está otimista com as conversas entre o país e os EUA, mas teme consequências de um agravamento da crise entre os norte-americanos e a China.

Argentina

O executivo ressalta que, com as restrições dos EUA à carne brasileira, o produto passou a ser mais comprado pela Argentina para substituir parte da produção local, exportada para os norte-americanos. Assim, arrecadam mais dólares, já que o carne de lá é mais cara que a nossa.

Alternativa

Em entrevista, Wadhi Dammous, novo presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar ressaltou que, antes de entrarem na justiça, clientes de planos de saúde podem recorrer à Notificação de Intermediação Preliminar. A NIP está disponível no site da ANS.

Drible

O problema é que, na prática, a ANS não faz mediação nem interfere nas conversas. Assim, há operadoras de planos de saúde que respondem de maneira genérica e até ignoram a réplica do consumidor. Deixam os casos abertos indefinidamente, e fica por isso mesmo.